



## ÍNDICE

Mensagem da administração.....	3
Relatório de desempenho.....	4
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	8
Balanço Patrimonial.....	11
Demonstração do resultado do exercício.....	13
Demonstração do resultado abrangente.....	14
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstração do fluxo de caixa .....	16
Demonstração do valor adicionado.....	17
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	18

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS**

30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **Mensagem da Administração**

A Administração da CONPEL – Companhia Nordestina de Papel informa que, ao longo do segundo trimestre de 2025, a Companhia manteve-se sem atividades operacionais, em conformidade com os desdobramentos estratégicos decorrentes do leilão de ativos realizado em 2024.

Neste período, nossos esforços seguiram totalmente voltados ao cumprimento rigoroso das obrigações regulatórias e legais, assegurando a integridade, a qualidade e a transparência das informações prestadas ao mercado e aos órgãos competentes.

Em linha com esse compromisso, informamos que a Companhia tem adotado medidas voltadas à adequação de sua estrutura societária ao atual contexto. Entre essas iniciativas, destacam-se ações que buscam ajustar sua condição regulatória, sempre com foco na racionalidade administrativa e no melhor interesse dos acionistas.

Reforçamos nossa dedicação às boas práticas de governança corporativa e à transparência. Qualquer fato relevante continuará sendo comunicado tempestivamente ao mercado, em respeito ao nosso compromisso com a clareza, a ética e a conformidade.

Conde - PB, 23 de julho de 2025.

**A Administração**

## RELATÓRIO DE DESEMPENHO

A Diretoria da CONPEL – Cia Nordestina de Papel, com histórico de atuação no segmento de fabricação de papéis reciclados, chapas e embalagens de caixas, bem como na industrialização de sacos simples e multifoldados, apresenta e submete à apreciação o presente Comentário de Desempenho e suas informações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2025.

No segundo trimestre de 2025, a Companhia manteve-se sem atividades operacionais, refletindo a conclusão da transferência integral de suas operações industriais ao arrematante, formalizada no exercício de 2024. Não houve movimentações relacionadas à produção, receitas ou custos operacionais no período, evidenciando a atual ausência de operação sob a gestão da Companhia.

Ainda que este trimestre seja marcado pela inatividade operacional, a transparência informacional permanece como diretriz prioritária, com a apresentação comparativa entre os dados do trimestre atual e os do exercício anterior, quando a Companhia operava plenamente. Essa abordagem assegura clareza e continuidade analítica, em aderência às boas práticas de prestação de contas e comparabilidade. As demonstrações financeiras do trimestre refletem esse cenário de estabilidade operacional, sem alterações significativas em relação ao trimestre anterior.

Como parte do processo de adequação ao novo contexto institucional, a Companhia adotou medidas voltadas à revisão de sua estrutura regulatória, mantendo seu compromisso com a governança e o respeito às instâncias decisórias e legais. Tais medidas incluem iniciativas formais submetidas à avaliação dos órgãos reguladores competentes, conforme comunicado anteriormente.

A CONPEL segue dedicada à integridade de suas práticas e à comunicação clara com o mercado, reafirmando seu compromisso com a responsabilidade, a conformidade e a preservação do valor para seus acionistas.

RESULTADO	30/06/2025	%	31/05/2025	%	30/04/2025	%	30/06/2024	%	31/05/2024	%	30/04/2024	%
<i>Vendas</i>	-		-		-		76.276		64.310		51.318	
<i>Outras Receitas</i>	-		-		-		304		242		181	
<i>(-) Impostos sobre Vendas</i>	-		-		-		(19.161)		(16.172)		(12.889)	
<i>(-) Devoluções e Abatimentos</i>	-		-		-		(500)		(435)		(382)	
<b>Receita Operacional Líquida</b>	-		-		-		<b>56.919</b>		<b>47.946</b>		<b>38.227</b>	
<i>(-) Custos do Produtos Vendidos</i>	-		-		-		(51.685)		(42.278)		(32.100)	
<b>Lucro Bruto</b>	-		-		-		<b>5.234</b>	<b>9,20%</b>	<b>5.668</b>	<b>11,82%</b>	<b>6.127</b>	<b>16,03%</b>
<i>Despesas Operacionais</i>												
Com Vendas	-		-		-		(2.655)	-4,66%	(2.143)	-4,47%	(1.675)	-4,38%
<b>Gerais e Administrativas</b>	<b>(1.381)</b>		<b>(1.183)</b>		<b>(983)</b>		<b>(4.805)</b>	<b>-8,44%</b>	<b>(4.279)</b>	<b>-8,93%</b>	<b>(4.056)</b>	<b>-10,61%</b>
Outras Receitas e Despesas	4.978		4.965		3.950		6.559	11,52%	5.231	10,91%	2.308	6,04%
<b>Resultado antes das Rec.e Desp. Financeiras</b>	<b>3.597</b>		<b>3.781</b>		<b>2.968</b>		<b>4.333</b>	<b>7,61%</b>	<b>4.477</b>	<b>9,34%</b>	<b>2.703</b>	<b>7,07%</b>
<i>Resultado Financeiro</i>												
Receitas Financeiras	111		93		74		12	0,02%	6	0,01%	6	0,02%
Despesas Financeiras	(1.834)		(1.614)		(1.399)		(6.972)	-12,25%	(5.983)	-12,48%	(5.101)	-13,34%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(1.723)</b>		<b>(1.521)</b>		<b>(1.325)</b>		<b>(6.960)</b>	<b>-12,23%</b>	<b>(5.977)</b>	<b>-12,47%</b>	<b>(5.095)</b>	<b>-13,33%</b>
<b>Resultado Antes do IR e CS</b>	<b>1.874</b>		<b>2.261</b>		<b>1.642</b>		<b>(2.627)</b>	<b>-4,61%</b>	<b>(1.500)</b>	<b>-3,13%</b>	<b>(2.391)</b>	<b>-6,26%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	-		-		-		0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Imposto de Renda e Contribuição Diferidas	-		-		-		267	0,47%	219	0,46%	125	0,33%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.874</b>		<b>2.261</b>		<b>1.642</b>		<b>(2.360)</b>	<b>-4,15%</b>	<b>(1.281)</b>	<b>-2,67%</b>	<b>(2.266)</b>	<b>-5,93%</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS**

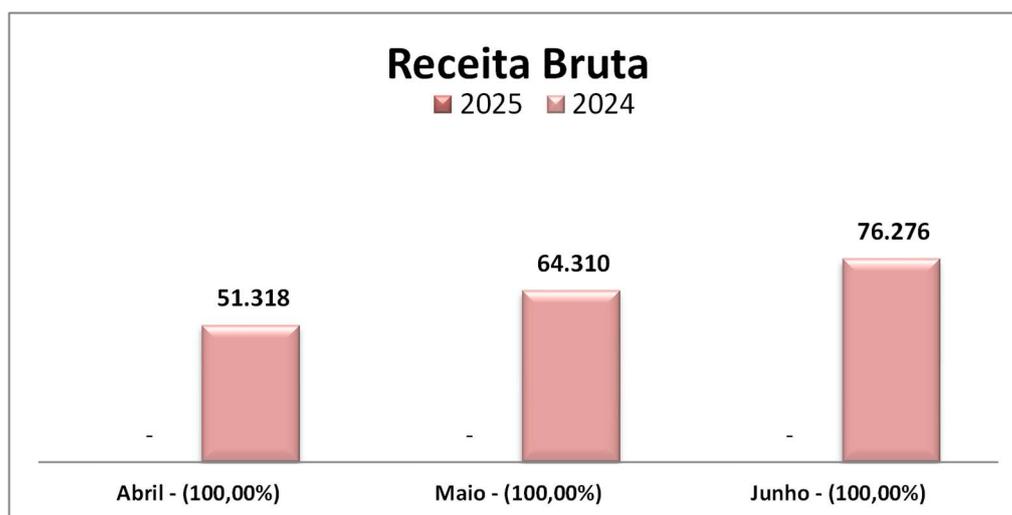
30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

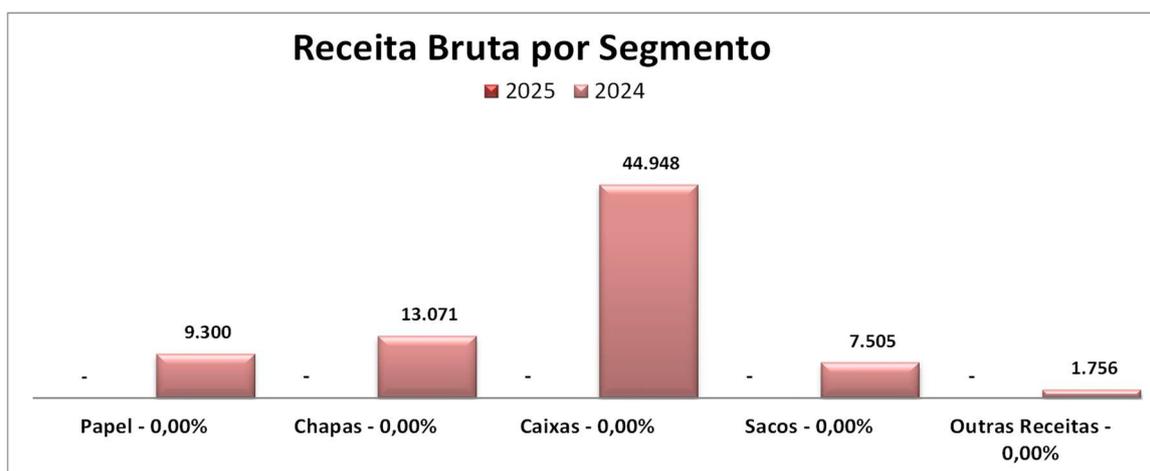
### Receita Operacional Bruta

A empresa não apresenta movimentação na receita bruta da Companhia. Isto em consequência da descontinuidade das operações.

A variação apresentada, se comparada ao mesmo trimestre do exercício anterior é gerada pela transição de cenários, onde o atual de descontinuidade das operações é comparado ao mesmo trimestre do exercício anterior, em plena atividade operacional.



No gráfico abaixo é demonstrado a participação de cada linha de produto sobre a Receita Operacional Bruta no 2º trimestre dos exercícios de 2025 e 2024.

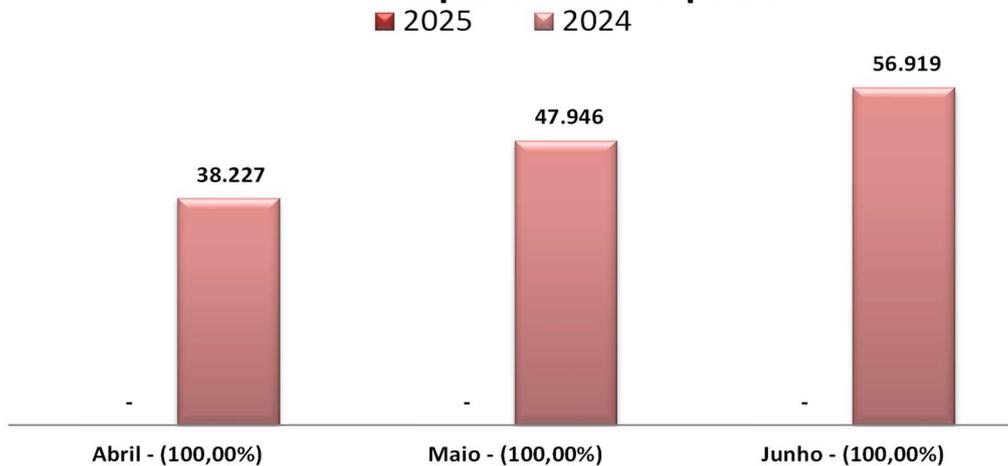


### Receita Operacional Líquida (ROL)

A receita operacional líquida no segundo trimestre de 2025 permaneceu sem movimento, isto em consequência a transferência integral das atividades operacionais.

A variação apresentada na receita Operacional Líquida, se comparada ao mesmo trimestre do exercício anterior, é gerada pela transição de cenários, onde o atual de descontinuidade das operações é comparado ao mesmo trimestre do exercício anterior, em plena atividade operacional.

### Receita Operacional Líquida



### Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos no 2º trimestre de 2025 permaneceu sem movimento, isto em consequência a transferência integral das atividades operacionais.

A variação apresentada no Custo dos Produtos Vendidos (CPV), se comparado ao mesmo trimestre do exercício anterior, é gerada pela transição de cenários, onde o atual de descontinuidade das operações é comparado ao mesmo trimestre do exercício anterior, em plena atividade operacional.



Conde - PB, 23 de julho de 2025.

**A ADMINISTRAÇÃO**



AUDITORES INDEPENDENTES

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Aos

Administradores e Acionistas da

**CONPEL – Companhia Nordestina de Papel S.A. – Em Recuperação Judicial**  
Conde - Paraíba

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais da **CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A. - em Recuperação Judicial (Companhia)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da Revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



AUDITORES INDEPENDENTES

### **Base para Conclusão com Ressalva Incerteza Sobre a Continuidade Operacional**

A Companhia está em processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL, deferido pelo Poder Judiciário da Paraíba, Vara Única de Conde (PB), em 18 de agosto de 2017 (Procedimento Comum (7) 0800411-61.2017.8.15.0441), que migrou para a 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba na data de 06 de abril de 2020 conforme processo 0001217-89.2020.8.16.0185 tendo sido homologada em 24 de março de 2022 conforme item 32 da decisão. As Demonstrações Intermediárias da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no pressuposto de continuidade normal dos negócios conforme disposto na NBC TA 570 – Continuidade Operacional. A Companhia apresenta passivo descoberto no montante de R\$ 84.950 em 30 de junho de 2025 (R\$ 86.823 mil em 31 de dezembro de 2024).

Em 09 de maio de 2024, por decisão do Juízo da Recuperação Judicial foi realizado o Leilão Judicial dos bens móveis e imóveis da Companhia realizado na modalidade “stalking horse”, tendo sido arrematado pelo valor de R\$ 52.185 mil e cuja transferência definitiva dos bens será homologada judicialmente ao término dos pagamentos pela arrematante. O valor integral obtido com a venda destes ativos, serão destinados especificamente ao pagamento da transação tributária federal. Assim, os imobilizados da Companhia já não se apresentam nas informações contábeis intermediárias individuais de 30 de junho de 2025, o que pressupõe comprometimento da capacidade operacional da Companhia.

Conforme nota explicativa 28 de Evento Subsequente, a Companhia informa em Fato Relevante que na data de 21 de julho de 2025 publicou junto a CVM – Comissão de Valores Mobiliários e ao mercado, o fato relevante referente a aprovação por unanimidade em assembleia geral extraordinária, de pedido de cancelamento de registro de companhia aberta Categoria A.

Em que pese as divulgações feitas pela administração tais situações remetem a grau de incerteza quanto a Companhia em dar continuidade às suas atividades operacionais.

### **Conclusão com Ressalva**

Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo “Base para conclusão com ressalva” não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável a elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



AUDITORES INDEPENDENTES

## **Outros Assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

Revisamos também as demonstrações individuais do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses, findo em 30 de junho de 2025, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias individuais é requerida, de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados cujos relatórios foram datados de 27 de março de 2025 e 15 de agosto de 2024, respectivamente, com ressalva sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2024.

Curitiba, 07 de agosto de 2025.

**ALPHA AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC-PR n.º 004687/O-6-S/PB**

**Vera Lucia Machado**  
**Contador CRC-PR n.º 025266/O-9-S/PB**



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

<b>ATIVO</b>	Nota	<b>30/06/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	1.370	1.291
Contas a Receber de Clientes	7	11.601	11.601
Adiantamento a Fornecedores	9	375	200
Impostos a Recuperar	10	1.663	1.663
Outros Créditos	11	1	-
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>15.010</b>	<b>14.755</b>
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>			
Empresas Ligadas	12	6.450	3.839
Outros Créditos	11	8.954	15.719
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>		<b>15.404</b>	<b>19.558</b>
<b>Total do Ativo Não-Circulante</b>		<b>15.404</b>	<b>19.558</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>30.413</b>	<b>34.312</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	Nota	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	15	1.967	2.578
Empréstimos e Financiamentos	16	1.391	4.366
Obrigações Sociais	17	2.947	3.368
Obrigações Tributárias	18	4.002	6.999
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b><u>10.307</u></b>	<b><u>17.311</u></b>
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	15	5.026	5.045
Empréstimos e Financiamentos	16	1.494	1.980
Obrigações Tributárias	18	23.401	23.401
Empresas Ligadas	12	75.136	73.399
<b>Total do Passivo Não-Circulante</b>		<b><u>105.056</u></b>	<b><u>103.825</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>			
Capital Social	20	22.338	22.338
Prejuízos Acumulados		<u>(107.288)</u>	<u>(109.161)</u>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>(84.950)</u></b>	<b><u>(86.823)</u></b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</b>		<b><u>30.413</u></b>	<b><u>34.312</u></b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM  
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

RESULTADO POR FUNÇÃO	Nota	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	21	-	<b>56.919</b>
<b>Lucro Bruto</b>		-	<b>5.234</b>
<i>Despesas Operacionais</i>			
Com Vendas	22	-	(2.655)
Gerais e Administrativas	23	(1.381)	(4.805)
Outras Receitas e Despesas	24	4.978	6.559
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>3.597</b>	<b>4.333</b>
<i>Resultado Financeiro</i>	25		
Receitas Financeiras		111	12
Despesas Financeiras		(1.834)	(6.972)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(1.724)</b>	<b>(6.960)</b>
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>1.873</b>	<b>(2.627)</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>1.873</b>	<b>(2.360)</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM  
30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	1.873	(2.360)
<b>RESULTADO ABRANGENTE</b>	<u>1.873</u>	<u>(2.360)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE**  
**2025 E 2024**

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Patrimônio Líquido Total</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2024</b>	<b>22.338</b>	<b>(109.162)</b>	<b>(86.823)</b>
Resultado do Período	-	(648)	(648)
<b>Em 31 de Janeiro de 2025</b>	<b>22.338</b>	<b>(109.810)</b>	<b>(87.471)</b>
Resultado do Período	-	(474)	(474)
<b>Em 28 de Fevereiro de 2025</b>	<b>22.338</b>	<b>(110.284)</b>	<b>(87.945)</b>
Resultado do Período	-	2.084	2.084
<b>Incorporação de ações conforme AGE</b>	-	-	-
(-) Substituição de minoritários	(7)	-	(7)
(+) Aporte da controladora (EKN)	7	-	7
<b>Em 31 de Março de 2025</b>	<b>22.338</b>	<b>(108.200)</b>	<b>(85.861)</b>
Resultado do Período	-	680	680
<b>Em 30 de Abril de 2025</b>	<b>22.338</b>	<b>(107.519)</b>	<b>(85.181)</b>
Resultado do Período	-	619	619
<b>Em 31 de Maio de 2025</b>	<b>22.338</b>	<b>(106.901)</b>	<b>(84.562)</b>
Resultado do Período	-	(388)	(388)
<b>Em 30 de Junho de 2025</b>	<b>22.338</b>	<b>(107.289)</b>	<b>(84.950)</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024**

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
<b>DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado Líquido do Exercício	1.873	(2.360)
<b>Ajustes:</b>		
Juros Provisionados	38	802
Recuperação de Despesas	(375)	-
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<u>1.536</u>	<u>(7.246)</u>
Impostos a Recuperar	6.767	215
Outros Créditos	(177)	1.581
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<u>6.590</u>	<u>864</u>
Fornecedores	(630)	(1.069)
Obrigações Sociais e Tributárias	(2.917)	1.560
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<u>(3.547)</u>	<u>22.229</u>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<u>4.578</u>	<u>15.848</u>
<b>DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Empréstimos Concedidos a Pessoas Ligadas	(874)	(22.243)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento</b>	<u>(874)</u>	<u>(20.095)</u>
<b>DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(3.625)	(19.581)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<u>(3.625)</u>	<u>3.490</u>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>79</u>	<u>(757)</u>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>1.291</b>	<b>790</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>1.370</b>	<b>32</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



## CONPEL – CIA NORDESTINA DE PAPEL S.A – Em Recuperação Judicial

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
<b>RECEITAS</b>		
Perdas Não operacionais	4.978	(15)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Materiais - energia, serv. Terceiros e outros	(1.078)	(11.298)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<u>3.899</u>	<u>37.278</u>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-	(1.154)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<u>3.899</u>	<u>36.124</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO (CEDIDO) EM TRANSFERENCIA</b>		
Receitas Financeiras	111	13
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RECEBER)</b>	<u>4.010</u>	<u>36.137</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<u>4.010</u>	<u>36.137</u>
<i>Pessoal</i>		
Remuneração Direta	276	7.198
FGTS	2	563
<i>Impostos, Taxas e contribuições</i>		
Federais	21	10.663
Estaduais	4	10.867
<i>Remuneração de capitais de terceiros</i>		
Juros	1.834	6.973
<i>Remuneração de capitais Próprios</i>		
<b>Resultado do Exercício</b>	<u>1.873</u>	<u>(2.360)</u>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A CONPEL CIA NORDESTINA DE PAPEL tem como principal atividade a fabricação de papéis do tipo Kraft, chapas e embalagens de caixas, bem como, a industrialização de sacos simples e multifoliados.

As embalagens produzidas pela Companhia atendem vários setores, com destaque a construção civil, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza.

A CONPEL é uma empresa com capital aberto e possui registro junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com número 00468-5, com inscrição no CNPJ sob nº 09.116.278/0001-01 e NIRE nº 2531000622-6. Está sediada no município de Conde, Estado da Paraíba, na Rodovia BR 101 - Km 06, S/nº, Bairro Vale do Gramame, CEP 58.322-000.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações.

No 2º trimestre de 2025 em linha com a estratégia, a Companhia submeteu à CVM o pedido voluntário de cancelamento de registro de companhia aberta – Categoria A, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária. A medida, ainda em avaliação pelas autoridades competentes, está inserida no contexto de adequação à nova realidade institucional da Companhia.

No trimestre anterior a Companhia manteve o processo de incorporação de ações, que incluiu a baixa de acionistas minoritários e um aporte de capital pela controladora E.K.N. Este movimento estratégico visa fortalecer a estrutura societária. Além disso, a administração da empresa está fortemente focada em garantir a transparência em todas as suas ações e em aderir rigorosamente às normas e legislações aplicáveis.

Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto aos credores, assim foram adequadas as provisões contábeis, e segregados os saldos inscritos no plano.

Em setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a CONPEL pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa COCELPA Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo, inclusive da CONPEL, desta forma os saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o deságio. Estes registros e impactos podem ser vistos nestas demonstrações financeiras.

No 3º trimestre de 2024 a Companhia efetivou o processo de transição das operações das suas atividades, iniciado com evento Leilão de Ativos CONPEL conforme divulgado no referido trimestre.

### 2 RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo:

#### 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



## 2.2 CONVERSÃO DE MOEDA ESTRANGEIRA

### a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia.

## CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Em sua maioria são classificadas na categoria de “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

## 2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias:

### a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

### b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os empréstimos e recebíveis da empresa compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

### c) Passivos financeiros

A Companhia não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

### d) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia possuía Contas a Pagar a Fornecedores nessa classificação, conforme nota explicativa nº 15.

### 2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em "Outros Ganhos/Perdas Líquidos" no período em que ocorrem.

### 2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 2.3.4 Impairment de ativos financeiros

#### a) **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
  - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo;
  - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de produtos aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado anualmente pela Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um exercício de cinco anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

## 2.4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia.

As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos).

As Contas a Receber de clientes não foram ajustadas a seu valor presente por estarem em sua maioria vencidas ou com prazos de vencimento em curto prazo.

## 2.5 ESTOQUES

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas e envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens quando necessários. Os estoques são deduzidos de provisão para perdas constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos da Companhia, em casos de obsolescências e produtos acabados, os mesmos podem ser reciclados, para reutilização na produção.



## 2.6 ATIVO IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## 2.7 ATIVO INTANGÍVEL

Referem-se a *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável (*impairment*). A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser

justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### a) *Softwares*

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.



## 2.8 REDUÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

## 2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240mil

anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- (i) Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- (ii) Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

## 2.10 CONTAS A PAGAR AOS FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.11 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; sendo o valor estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

## 2.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total a pagar, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

## 2.13 RECONHECIMENTO DA RECEITA

O resultado é apurado pelo regime de competência, considerando aspectos relacionados a seguir:

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades. Esta é reconhecida quando:

- (i) O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e,
- (iii) Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades; - receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, sendo o mesmo critério obedecido para as despesas contábeis; - os custos dos produtos vendidos foram reconhecidos no mesmo período que a respectiva receita; - as despesas operacionais constituem-se das despesas incorridas para vender os produtos e serviços e administrar.

## 2.14 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer para empresas de capital aberto a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das informações apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o Exercício.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações anuais.

## 3 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 3.1 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 3.1.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros (aplicações financeiras), todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda e de taxa de juros, bem como de manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

#### 3.1.2 Fatores de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, a qual identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

##### a) **Risco de Liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

**b) Risco de Crédito**

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de venda aos seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

**c) Risco de Mercado**

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco da taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativa.

**d) Operações com derivativos**

A Companhia não possui operações com derivativos.

**e) Gestão de capital**

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar ou reter pagamentos de dividendos, limitar ou ampliar o retorno de capital aos acionistas, captar novos empréstimos entre outras práticas.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e dívida por aquisição de empresas, menos caixa e equivalentes de caixa

### 3.2 ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Empresa para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7 – Instrumentos Financeiros, a Empresa deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

#### 4 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados à variação do Certificado do Depósito Interbancário (CDI) para as aplicações financeiras, à variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), Índice Nacional de Preços ao Consumidor

(INPC) e Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) para correção de contratos e saldos com fornecedores.

Os instrumentos financeiros da Empresa são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 30 de junho de 2025 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às aplicações financeiras decorrem de variações nas taxas de rentabilidade dos ativos, como aplicações em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e operações compromissadas, com juros médios equivalentes variando a 85% a 95% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

#### 5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>jun/25</b>	<b>dez/24</b>
<b>Mensurado pelo Valor Justo por meio do resultado</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.370	1.291
<b>Recebíveis</b>		
Outros Valores a Receber - Arrematante Leilao	19.334	26.101
Depositos judiciais	1.220	1.218
<b>Total Ativos Financeiros</b>	<b>21.925</b>	<b>28.610</b>
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>		
Fornecedores	6.993	7.623
Empréstimos e Financiamentos	2.884	6.345
<b>Total Passivos Financeiros</b>	<b>9.878</b>	<b>13.968</b>

#### 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>jun/25</b>	<b>dez/24</b>
Bancos Conta Movimento	1.370	1.291
<b>Total de Caixa e Equivalentes</b>	<b>1.370</b>	<b>1.291</b>

São constituídos pelos saldos de bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**7 CONTAS A RECEBER**

	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
Contas a Receber de Clientes	11.601	11.601
<b>Total de Contas a Receber</b>	<b>11.601</b>	<b>11.601</b>

**Aging List das contas a receber de clientes**

Vencidos	-	-
A vencer em até 120 dias	3.867	3.867
A vencer entre 4 e 6 meses	1.933	1.933
A vencer de 6 meses a 1 ano	5.800	5.800
<b>Total</b>	<b>11.601</b>	<b>11.601</b>

O saldo atual do contas a receber circulante, é composto especificamente por valores referente ao Leilão do Ativos com liquidação mensal de R\$ 966.715.

Na avaliação efetuada para fins de determinação do ajuste a valor presente, não foi constatada a aplicabilidade deste, pois as contas a receber possuem liquidação em curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

**8 ESTOQUES**

Conforme comentado no 4º trimestre de 2024, a efetivação do evento Leilão dos Ativos CONPEL e a transição das atividades operacionais, a Companhia realizou integralmente seus estoques.

**9 ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES**

	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
Adiantamento Fornecedores Nacionais	375	200
<b>Total de Adiantamentos a Fornecedores</b>	<b>375</b>	<b>200</b>

**10 IMPOSTOS A RECUPERAR**

	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
Adiantamento para Parcelamento (REFIS)	183	183
ICMS Aparas	1.480	1.480
<b>Impostos a Recuperar Circulante</b>	<b>1.663</b>	<b>1.663</b>



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 OUTROS CRÉDITOS**

	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
Depósitos Judiciais - Trabalhistas	1.213	1.211
Depósitos Judiciais - Civil	7	7
Outros Valores a Receber - Arrematante Leilao	7.734	14.501
<b>Total não Circulante</b>	<b>8.954</b>	<b>15.719</b>

**12 PARTES RELACIONADAS**

<b>ATIVO</b>	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
<b>Mútuo</b>		
EKN Administração e Participações	2.184	2.048
Cocelpa Cia de Celulose e Papel	4.266	1.791
<b>Total Ativo não Circulante</b>	<b>6.450</b>	<b>3.839</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>Mútuo</b>		
Cocelpa Cia de Celulose e Papel (*)	63.656	61.920
Compet Agro Florestal	2.598	2.598
Arpeco Artefatos de Papel S.A.	547	547
Antonio de Pauli	8.334	8.334
<b>Total Passivo não Circulante</b>	<b>75.136</b>	<b>73.399</b>

(\*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial concluiu uma Transação Tributária Individual junto PGFN homologada pela empresa Cocelpa englobando os débitos tributários de varias empresas do grupo, inclusive da Conpel desta forma estes saldos estão demonstrados nesta conta.

As condições aplicadas às empresas relacionadas equivalem às mesmas condições aplicadas ao mercado.

**13 IMOBILIZADO**

A Companhia efetua anualmente a revisão da vida útil dos ativos imobilizados em atendimento ao ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27 e 28, o qual exige que a vida útil e o valor residual do imobilizado seja revisada no mínimo a cada exercício.

Em 30 de setembro 2024, a Companhia efetuou a baixa integral dos ativos imobilizados relacionados ao leilão dos ativos da CONPEL, refletindo a alienação dos bens conforme previsto nas regras do leilão e divulgado anteriormente.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 14 RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em atendimento a legislação vigente, Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, bem como, o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução CFC nº 1.292/10 e alterações posteriores, assim como a deliberação CVM nº 639/2010, sobre a aplicabilidade do teste de recuperabilidade também conhecido como impairment, a Companhia procedeu aos testes dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e não circulantes a fim de determinar se estes sofreram perdas, visando mensurar a capacidade de retorno que estes ativos possam proporcionar para a Companhia.

Considerando que a legislação dispõe que a Companhia deve apresentar periodicamente análise sobre a recuperação dos ativos, em 2017 a companhia realizou uma avaliação patrimonial pelo “Valor Justo de Mercado” dos seus ativos conforme determinado pelo CPC 01: “... valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso” atestado pelo Laudo nº0175/2017, feito pela empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda, inscrita no CNPJ, nº 93.272.003/0001-65, a qual o mesma atesta que o Valor Justo de Mercado dos bens avaliados é de R\$ 69.715.073,15, não havendo provisão de perdas (Impairment) no exercício de 2017.

## 15 FORNECEDORES

	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
Contas a Pagar a Fornecedores	19	423
Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial	643	2.155
<b>Total de Contas a Pagar CP</b>	<b>662</b>	<b>2.578</b>

Contas a pagar a fornecedores - Recuperação Judicial LP (**)	4.724	5.045
<b>Total de Contas a Pagar LP</b>	<b>4.724</b>	<b>5.045</b>

### Aging List das Contas a Pagar

Vencidos	-	1.710
A vencer em até 3 meses	38	251
A vencer entre 3 e 6 meses	624	294
A vencer acima de 1 ano	4.724	5.045
<b>Total</b>	<b>5.386</b>	<b>7.623</b>

No trimestre anterior, a companhia reconheceu a provisão R\$ 7.444 para o pagamento do reembolso no contas a pagar, a ser quitado em até 30 dias após a efetivação da incorporação.

Encerrado o prazo legal para o exercício do direito de retirada, não houve manifestação de acionistas dissidentes. Diante disso, a Companhia reverteu integralmente a provisão de R\$ 7.444 anteriormente constituída para eventual pagamento de reembolso. Conforme informado em Fato Relevante de 9 de maio de 2025.

(\*\*) Com a homologação do plano de recuperação judicial, em 24 de março de 2022, pela juíza da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba, iniciou-se a quitação de débitos junto a fornecedores, assim foram adequadas as provisões, e segregados os saldos inscritos no plano.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

<b>Circulante</b>	<b>jun/25</b>	<b>dez/24</b>
Financiamentos	1.391	4.366
<b>Total Empréstimos e Financiamentos CP</b>	<b>1.391</b>	<b>4.366</b>
Financiamentos	1.494	1.980
<b>Total Empréstimos e Financiamentos LP</b>	<b>1.494</b>	<b>1.980</b>
<b>Vencimentos</b>		
Em até um ano	1.625	4.366
Acima de um ano	1.260	1.980
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>2.884</b>	<b>6.346</b>

**17 OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	<b>jun/25</b>	<b>dez/24</b>
INSS	22	23
Parcelamentos Previdenciários	711	865
Parcelamentos FGTS	2.212	2.447
Contribuição Sindical	1	2
<b>Total</b>	<b>2.947</b>	<b>3.368</b>

**18 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

<b>Circulante</b>	<b>jun/25</b>	<b>dez/24</b>
IRRF	1	2
PIS/COFINS/CSLL	3	6
Parcelamento Federal	2.513	2.932
Parcelamento Estadual	1.485	4.059
<b>Total Circulante</b>	<b>4.002</b>	<b>6.999</b>
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento Federal	579	579
Parcelamento Estadual	22.822	22.822
<b>Total não Circulante</b>	<b>23.401</b>	<b>23.401</b>

**19 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

	<b>jun/25</b>	<b>dez/24</b>
Remuneração de Diretores	72	220
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>220</b>



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>jun/25</u>	<u>dez/24</u>
Prejuízo Exercício Anteriores	(109.161)	(146.264)
Lucro ou Prejuízo do Período	1.873	8.944
Ajustes exercicios anteriores	-	28.159
Prejuízos Acumulados	<u>(107.288)</u>	<u>(109.161)</u>
Capital Social	22.338	22.338
<b>Total do Patrimonio Liquido</b>	<b><u>(84.950)</u></b>	<b><u>(86.823)</u></b>

**Capital Social**

O Capital Social realizado é composto por 18.122 ações, que correspondem a R\$ 22.338 mil. A composição é a seguinte:

Acionista	Espécie/Classe	Qtd	Capital Subscrito	Votante
E.K.N . Embalagens Kraft do Nordeste S.A.	Ações Ordinárias /Preferenciais	18.122	22.338.341,00	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>18.122</b>	<b>22.338.341,00</b>	<b>100,00%</b>

**Reserva de Ajuste Avaliação Patrimonial**

No mês de setembro de 2024, em consequência a baixa integral do ativo imobilizado, a Companhia realizou integralmente a reserva de Ajuste Avaliação Patrimonial.

**21 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
Papel	-	9.300
Chapa de papelão	-	13.071
Caixas	-	44.948
Sacos	-	7.505
Outras Receitas	-	1.756
<b>Total Mercado Interno</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>76.580</u></b>
(-) Impostos sobre Vendas	-	(19.161)
(-) Devoluções e Abatimentos	-	(500)
<b>Receita Líquida</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>56.919</u></b>

**22 DESPESAS COM VENDAS**

	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
Fretes	-	(1.949)
Comissões	-	(706)
<b>Total</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(2.655)</u></b>



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**23 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
Honorários, salários, encargos e benefícios	(1.297)	(3.361)
Serviços, Aluguéis	(72)	(757)
Impostos Taxas e Contribuições	(4)	(372)
Gastos Gerais	(9)	(111)
<b>Total</b>	<b>(1.381)</b>	<b>(4.805)</b>

**24 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
<b>(+) Outras Receitas</b>		
Incentivo FAIN	-	4.380
Outras Receitas	4.978	7.126
<b>Total Outras Receitas</b>	<b>4.978</b>	<b>11.506</b>
<b>Total Outras Despesas</b>	<b>-</b>	<b>(4.947)</b>
<b>Total</b>	<b>4.978</b>	<b>6.559</b>

**25 RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
<b>(+) Receitas Financeiras</b>		
Juros s/ Aplicações Financeiras	83	-
Juros Mora Ativos	22	-
Descontos Obtidos	5	12
<b>Total Receitas Financeiras</b>	<b>111</b>	<b>12</b>
<b>(-) Despesas Financeiras</b>		
Juros s/ Financiamentos	(9)	(790)
Juros Tributos Parcelados (*)	(1.737)	(3.841)
Despesas Bancarias	(35)	(308)
Outras Despesas Financeiras	(53)	(93)
<b>Total Despesas Financeiras</b>	<b>(1.834)</b>	<b>(6.972)</b>
<b>Total Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(1.723)</b>	<b>(6.960)</b>

(\*) Em Setembro de 2023 o grupo empresarial do qual a Conpel pertence concluiu uma Transação Tributária Individual junto a PGFN homologada pela empresa Cocelpa Cia de Papel e Celulose do Paraná englobando os débitos tributários de várias empresas do grupo. Inclusive da Conpel, desta forma saldos provisionados foram baixados gerando benefício com o desálio.



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**26 DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA**

	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
<b>Natureza</b>		
Despesas com Pessoal	(278)	(9.324)
Serviços de Terceiros	(1.103)	(11.298)
<b>Total</b>	<b>(1.381)</b>	<b>(54.749)</b>
<b>Função</b>		
Despesas Gerais e Administrativas	(1.381)	(4.805)
<b>Total</b>	<b>(1.381)</b>	<b>(54.749)</b>

**27 LAJIDA (EBTIDA)**

Conforme instrução CVM 527/12, a Companhia aderiu à divulgação voluntária de informações de natureza não contábil como informação adicional agregada em suas informações, apresentando o LAJIDA (EBITDA) – Lucros Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização, para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024.

Em linhas gerais, o LAJIDA (EBITDA) representa a geração operacional de caixa da Companhia, correspondente ao quanto à empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.

Ressalva-se que este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, ou ainda, como indicador de liquidez.

Os resultados estão representados a seguir:

<u>LAJIDA (EBITDA)</u>	<u>jun/25</u>	<u>jun/24</u>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.873</b>	<b>(2.360)</b>
(+) Despesas Financeiras	1.834	6.972
(-) Receitas Financeiras	(111)	(12)
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS E DO IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>3.597</b>	<b>4.333</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS, DO IMPOSTO DE RENDA, DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO (EBITDA)</b>	<b>3.597</b>	<b>7.689</b>

**28 EVENTO SUBSEQUENTE**

Na data de 21 de julho de 2025, a empresa publicou junto a CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o fato relevante referente a Aprovação de Pedido de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta.

Sem mais reflexos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2025, segue na integra a comunicação do Fato Relevante referente a Aprovação de Pedido de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta:



30 de junho de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## Aprovação de Pedido de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta Categoria A

CONPEL CIA. NORDESTINA DE PAPEL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Companhia” ou “Conpel”), na forma e para os fins da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 44, de 23 de agosto de 2021 e do artigo 157, §4º, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, foi aprovada por unanimidade dos acionistas da Companhia o pedido voluntário de cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta, na categoria “A”, protocolado perante a CVM, com base no art. 52 da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022 e no art. 45 da Resolução da CVM nº 85, de 31 de março de 2022 (“Pedido de Cancelamento”).

O Pedido de Cancelamento está sujeito à avaliação e deferimento pela CVM, juntamente com o pedido de dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações de que tratam o artigo 4º, §4º, da Lei das S.A. e o art. 22 da Resolução da CVM nº 85.

A ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou o pedido de cancelamento de registro está disponível no site de relações de investidores da Companhia (<https://www.conpel.com.br/investidores>) e nos endereços eletrônicos da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

Conde, 21 de julho de 2025.

LUIZ ANTONIO  
GIACOMASSI  
CAVET:72432845900  
Luiz Antonio Giacomassi Cavet  
Diretor de Relação com Investidores

Assinado de forma digital por LUIZ ANTONIO GIACOMASSI  
CAVET:72432845900

Dados: 2025.03.06 17:39:20 -03'00'

Luiz Antonio Giacomassi Cavet  
Diretor de Relações com Investidores

Conde (PB), 23 de maio de 2025.

Cristiano Ciriaco Delgado

*Diretor Presidente*

Luiz Antônio Giacomassi Cavet  
Diretor Administrativo Financeiro. e  
Relação com Investidores

Aécio Rodrigo Antunes

*Contador*

CRC PR 0557341/O-3